



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.058, DE 2023

(Do Sr. Paulo Azi)

Altera a redação da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para ampliar o número de candidatos a ser registrado por cada partido às vagas na Câmara dos Deputados, na Câmara Legislativa, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1086/2021.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. PAULO AZI)

Altera a redação da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para ampliar o número de candidatos a ser registrado por cada partido às vagas na Câmara dos Deputados, na Câmara Legislativa, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 10. Cada partido ou federação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher mais 1 (um)”.
(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei tem por objetivo promover alteração no artigo 10, *caput*, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que versa sobre o número de candidatos que pode vir a ser registrado pelos partidos e, agora, pelas federações.

A presente proposição insere, de modo literal, o vocábulo federações no bojo do artigo acima referenciado, levando-se em conta que os organismos federados funcionam como se fossem, para fins eleitorais, uma só agremiação.



Portanto, o objetivo central desta iniciativa consiste em amplificar o número de candidatos que podem ser registrados por cada legenda ou federação quanto aos nomes que irão concorrer às vagas na Câmara dos Deputados, na Câmara Legislativa, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, elevando-o de 100% (cem por cento) mais 1 (um) para 150% (cento e cinquenta por cento) mais 1 (um).

Destarte, entendemos que esta proposta se amolda aos postulados da cidadania e do pluralismo político, insculpidos no artigo 1º, II e V, da Constituição Federal de 1988, sendo ambos fundamentos da República Federativa do Brasil, vindo a engrandecer os valores democráticos ao possibilitar uma maior participação popular em meio ao processo eleitoral propriamente dito.

Face ao exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do projeto em comento.

Sala das Sessões, em _____ de _____ abril de _____
2023.

PAULO AZI
Deputado Federal



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 9.504, DE 30 DE
SETEMBRO DE 1997
Art. 10**<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199709-30:9504>**FIM DO DOCUMENTO**